



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA

CADERNO DE ENCARGOS

**AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PORTÁTEIS, MONITORES, TECLADOS, RATOS,
AURICULARES, PLACAS DE MEMÓRIA, DISCOS SSD E PENS ENCRYPTADAS**



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

Cláusula 1ª

Objeto do procedimento aquisitivo

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de **45 portáteis, 40 monitores, 50 teclados, 10 ratos, 10 auriculares, 60 pens encriptadas, 2 placas de memória e 2 discos SSD**, de acordo com as Cláusulas Técnicas descritas no Anexo I da Parte II do Caderno de Encargos.

Cláusula 2ª

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, adotam-se as seguintes definições:

CCP – Códigos dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual;

Órgão competente para a decisão de contratar – Exmo. Diretor Geral do Gabinete Nacional de Segurança, António Gameiro Marques;

Entidade Adjudicante – Presidência de Conselho de Ministros – Gabinete Nacional de Segurança;

Adjudicatário – entidade a quem se adjudica a execução do contrato.

Cláusula 3ª

Forma e documentos contratuais

1. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Cláusula 4ª

Local de entrega dos bens

A entrega dos bens objeto deste contrato, deverá ser efetuada no Gabinete Nacional de Segurança (GNS), sito na Rua da Junqueira Nº69, 1300-342 Lisboa.

Cláusula 5ª

Prazo e vigência do contrato

1. A entrega dos bens no âmbito do contrato deverá ser executada após a adjudicação, até 30 dias, respeitante ao 1º Lote, sem prejuízo de eventuais prazos distintos para execução do contrato que possam ser previstos e das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 6ª

Preço base e preço contratual

1. Nos termos e para os efeitos, de acordo com o art.º 47 do CCP, o preço base do procedimento, é fixado em 73.000,00€. (setenta e três mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base do procedimento constitui o limite máximo suscetível de ser apresentado nas propostas concorrentes, constituindo a sua violação causa de exclusão dessa proposta.

Cláusula 7ª

Preço ou custo anormalmente baixo

Nos termos e para os efeitos do art.º 71 do CCP, considera-se preço ou custo de uma proposta anormalmente baixo quando o preço base das propostas, não incluindo o valor relativo ao IVA, apresentar um valor inferior em 30% do preço base e contratual definido na cláusula 6ª do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 8ª

Pagamento e condições de pagamento

1. Pelo GNS será paga a quantia devida pelo contrato no final da execução.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA

2. As quantias devidas pelo GNS serão pagas no prazo de 30 dias após a receção da fatura e vencimento da obrigação respetiva.
3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a aceitação pelo GNS, do objeto do contrato em causa.
4. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga através de transferência bancária.
5. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes, não podem ser propostos adiantamentos.

Cláusula 9ª

Caução

Não é exigida a prestação de caução dado que o preço contratual é inferior a € 200.000,00 (duzentos mil euros), nos termos do n.º 2 do Art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 10ª

Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo a que alude os números anteriores mantém-se em vigor para além do termo de vigência, inicial ou que venha a ser acordado, sob pena de o adquirente dos serviços instaurar a competente ação judicial para efeitos de justa indemnização, em especial quando dessa revelação de informação venha a resultar dano ou prejuízo para a imagem do GNS ou para os terceiros com os quais mantenha relações institucionais ou comerciais, caso em que a violação de quaisquer deveres legais a que o adjudicatário se encontre vinculado no âmbito da sua



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA

atividade, designadamente, os relativos à proteção de segredos comerciais ou outros conexos, será comunicada às autoridades administrativas e criminais competentes, para os devidos efeitos.

Cláusula 11ª

Penalidades

1. No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com o seguinte modo: por cada semana de atraso (7 dias) em relação aos prazos referidos na cláusula 5ª deste caderno de encargos, o valor a pagar ao adjudicatário reduz um oitavo (1/8).
2. No caso de o adjudicatário incumprir nos prazos fixados em mais de 30 dias úteis após os 15 dias corridos referidos no número anterior, o GNS pode resolver o contrato a título sancionatório, passando a vigorar a proposta classificada em segundo lugar ou, quando não a haja, sendo resolvido o contrato nos termos da cláusula seguinte.

Cláusula 12ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o GNS pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grosseira ou negligente ou de modo grave ou reiterado qualquer uma das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 13ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b) A entidade adjudicante deverá apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA

18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

Cláusula 14ª

Responsabilidade do Adjudicatário

1. O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade contratante em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ele impendam.
2. O adjudicatário responde ainda perante a entidade contratante pelos danos causados pelos actos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais actos ou omissões fossem praticados por aquele.

Cláusula 15ª

Alterações ou aditamentos do contrato

Qualquer alteração ou aditamento ao contrato, que não diga respeito a questões fundamentais do procedimento, apenas será válida se resultar de acordo de ambos os contraentes, reduzido a escrito e anexada ao contrato inicial.

Cláusula 16ª

Garantias

1. A entidade adjudicatária, a título de garantia pelos bens fornecidos, compromete-se a prestar no mínimo os períodos de garantias exigidos por lei, não podendo neste caso ser inferior a um ano.
2. A garantia cobre, nomeadamente, a correção de erros de funcionamento divergentes face à especificação funcional definida.

Cláusula 17ª

Foro competente para resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18ª

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em Sábados, Domingos e dias feriados.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA

Cláusula 19ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula Única

Caracterização dos bens a adquirir e especificações técnicas

As características dos bens a adquirir e as suas especificações técnicas são as que se indicam no Anexo I à presente PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA

ANEXO I

Aquisição de 45 portáteis, com suporte a 3 anos.

Portáteis - Características mínimas	
Componentes/Compatibilidades	Requisito mínimo obrigatório
Sistemas operativos suportados	
Sistemas operativos	Compatível com Windows 10 Pro
Processador	
Processador	Intel Core i7-1265U Vpro (10 unidades) Intel Core i5-1235U Trans (35 unidades)
Memória	
Memória instalada no equipamento	32GB, 2x16GB, DDR4 Non-ECC (10 unidades) 16GB, 1x16GB, DDR4 Non-ECC (35 unidades)
Memória expansível até	64GB DDR 4-3200
Disco rígido	
Tipo de HDD	PCIe NVMe
Capacidade HDD	M.2 512GB PCIe NVMe Class 35 (10 unidades) M.2 256GB PCIe NVMe Class 35 (35 unidades)
Segurança	
Integrated TPM 2.0	Sim
Ativação/desativação portas USB via BIOS	Sim
BIOS Setup password	Sim
Power-on BIOS password	Sim
Proteção do disco por password	Sim
Gestão de atualizações centralizadas via rede para o BIOS, drivers e agentes	Sim
Ecrã	
Dimensão do ecrã	14"
Ecrã com antirreflexo	Sim
Resolução do ecrã	1920 x 1080
Luminosidade	IPS, 250nits
Multimédia	
Câmara integrada no ecrã com bloqueio físico	FHD + IR
Placa de som	Sim
Microfones incorporados	Sim
Altifalantes	Sim
Ligação combinada para auscultadores/microfone	Sim
Saída de vídeo (integrada no chassis)	HDMI 2.0
Conectividade	
NIC LAN integrada no equipamento (RJ-45)	Sim



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA

NIC LAN Speed	10/100/1000 Mbps
Wi-Fi	Intel Wi-Fi 6e AX211 2x2 AX
Leitor cartão SIM 3G/4G integrado no equipamento	Não
Bluetooth	Bluetooth 5.2
Conectividade USB	
Portas USB	USB 3.2 Gen e USB Type-C Thunderbolt 4
Outros	
Leitor Smart Card (integrado no chassis)	Sim
FingerPrint Reader	Sim
Teclado QWERTY Português retro iluminado, resistente a derrames de líquidos com sistema de drenagem	Sim
Peso (com bateria)	<= 1,59 Kg
Transformador	Sim
Conetor exclusivo para docking station	Sim
Mochila/mala com pegas e alça	Sim
Garantia	
Garantia com suporte no dia útil seguinte no local de utilização	3 anos
Docking	
Alimentação	Sim
Portas USB	2 x USB-A 3.2 Gen 2 1 x USB-C 3.1 Gen 2/DisplayPort - 24 pin USB-C
Interface vídeo	1 DisplayPort 1.4 1 HDMI 2.0 1 VGA
Porta de rede	1 Gigabit Ethernet RJ45
Controlador de rede Ethernet (RJ45) - (Mbps)	10/100/1000

Aquisição de 40 monitores

Monitores - Características mínimas	
Componentes/Compatibilidades	Requisito mínimo obrigatório
Dimensão do ecrã	23,8"
Tipo de ecrã	LED IPS
Resolução do ecrã	1920 x 1080
Luminosidade	IPS, 250nits

Aquisição de 50 teclados

Teclados - Características mínimas	
Componentes/Compatibilidades	Requisito mínimo obrigatório
Tipo	Teclado PT com teclado numérico
Conectividade	Com fios - USB



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA

Aquisição de 10 ratos

Ratos - Características mínimas	
Componentes/Compatibilidades	Requisito mínimo obrigatório
Tipo	Ótico (1200 DPI)
Conectividade	Com fios - USB

Aquisição de 10 headsets

Headsets - Características mínimas	
Componentes/Compatibilidades	Requisito mínimo obrigatório
Tipo	Auricular duplo com microfone
Conectividade	Com fios - USB

Aquisição de 60 Pens USB

Pens USB - Características mínimas	
Componentes/Compatibilidades	Requisito mínimo obrigatório
Tipo	Com teclado e encriptação de hardware a 256bit AES
Capacidade	16Gb
Conectividade	USB3.0 - A

Aquisição de 2 módulos de memória

Módulo de Memória - Características mínimas	
Componentes/Compatibilidades	Requisito mínimo obrigatório
Tipo	DDR4 3200 MHz
Capacidade	16Gb

Aquisição de 2 discos SSD

Discos SSD - Características mínimas	
Componentes/Compatibilidades	Requisito mínimo obrigatório
Tipo	M.2 2280
Capacidade	1TB
Conectividade	PCIe 3.0 x4 (NVMe)